

BOLETIM**N.º 2****FEVEREIRO 1962****FRENTE ANTITOTALITÁRIA DOS
PORTUGUESES LIVRES EXILADOS****EDITORIAL: PELA CLAREZA DE UMA AÇÃO DEMOCRÁTICA**

Os verdadeiros democratas, os que pretendem o regresso do país ao livre exercício das instituições de uma Democracia Representativa, neste momento decisivo dos destinos de Portugal, encontram-se, perante os totalitarismos activos, numa posição cuja defesa terá de ser, além de decidida e clarividente, isenta de tôdas as dubiedades na confusão das quais o salazarismo encontra facilidades de sobrevivência explorando o pretexto do seu anti-comunismo — e comunismo se infiltra, com o pretexto do seu anti-salazarismo, para numa ditadura simétricamente oposta se constituir o herdeiro do salazarismo.

Admitir que uma unidade de acção comunitária, digamos, uma aliança anti-salazarista, entre democratas, intransigentes contra qualquer sistema em que se inclua, camuflada ou patente, a supressão da liberdade, e comunistas ou filo-comunistas, liberticidas até ao “paredon”, que lutam por um tipo de ditadura chamada das esquerdas, poderá, de alguma forma, sem perigo para a Democracia, acelerar o processo de liquidação do regimen vigente em Portugal, é, perante a incompatibilidade das filosofias de base e a experiência dos últimos 30 anos, tão estúpido e perigoso como seria admitir que poderíamos chegar à Democracia por entendimentos

ou alianças com o salazarismo. Essa será uma forma de retardar (como se tem verificado) e não de acelerar a queda do salazarismo.

Evidentemente, os salazaristas querem o salazarismo como os comunistas e filo-comunistas querem o comunismo ou construção semelhante. E isso é muito lógico, muito natural, e até muito humano por mais desumanas que sejam as suas anti-ideologias. Tão lógico, natural e humano que muitos ingênuos serão os democratas que acreditem, seguindo uma lógica superficial e menos advertida, que não se trata apenas de um ardid, à custa do qual cada um pretende reforçar posições e possibilidades, quando de um lado ou de outro se sugerem, propõem ou defendem, invocando o nacionalismo ou conveniências de força política combativa, entendimentos ou alianças. Salazaristas, na sua ansiedade pela sobrevivência do regimen; comunistas e filo-comunistas, no seu propósito mais do que evidente de cubanizar a Península Ibérica, e verdadeiros democratas, na sua campanha pelo restabelecimento de uma Democracia representativa, — constituem três correntes que lutam por objetivos não só diferentes mas ideologicamente tão incompatíveis como a água e o fogo, as teses e as antiteses. O exemplo mais flagrante desta incompatibilidade e das fraudes que, por vezes, a ocultam quando, tácitamente, a ocultação convém a qualquer destes extremos totalitários, deu-nos Fidel Castro — que tendo feito com democratas uma revolução contra uma ditadura de tipo fascista e que, para

(Continua na página 2)

NESTE NÚMERO— **EDITORIAL: PELA CLAREZA DE
UMA AÇÃO DEMOCRÁTICA**

Por SANTANA MOTA

— **OS ALICERCES DA FUTURA
DEMOCRACIA**— **A ACTUAL SITUAÇÃO PORTUGUESA
NA METRÓPOLE E NO ULTRAMAR**— **RECORTES DA IMPRENSA
INTERNACIONAL**— **OS LÍDERES PELA INDEPENDÊNCIA
IMEDIATA DE ANGOLA**— **NOTAS SOLTAS**— **NOTICIÁRIO**

A F.A.P.L.E. TEM, NATURALMENTE, A SUA ESTRUTURA ORGÂNICA, POR MEIO DA QUAL CUIDA DE SE EXERCER COMO FORÇA DE PENSAMENTO E AÇÃO EMINENTEMENTE DEMOCRÁTICA E HUMANA. É POSSÍVEL QUE MUITOS DEMOCRATAS, POR DIFERENTES RAZÕES, QUEIRAM FICAR À MARGEM DA SUA ORGÂNICA E EXERCÍCIO — MAS TODOS, QUE SENDO GENUINAMENTE DEMOCRÁTICOS SÃO TAMBÉM, POR NATUREZA IDEOLÓGICA, ANTI-TOTALITÁRIOS, SE ENCONTRAM NELA ESPIRITUALMENTE INTEGRADOS.



EDITORIAL: PELA CLAREZA DE UMA AÇÃO...

(Continuação da página 1)

a fazer, se proclamou quase místicamente democrata, uma vez no poder a que o levou a vitória alcançada por democratas, não só instala pela força uma ditadura de tipo comunista como vem orgulhosamente confessar que sempre foi comunista e que apenas se serviu dos democratas enquanto deles precisou; quer dizer: proclamando uma vitória fraudulenta sobre a ingenuidade ou inclarividência democrática.

Portanto, concluir que uma Frente de verdadeiros democratas, nesta emergência, deve ser, além de decidida, para por si alcançar os seus objetivos democráticos, clarividente e isenta de dubiedades, para por si se defender das infiltrações e fraudes totalitárias que a podem corromper e desorganizar — nada mais é do que sacar de uma experiência vivida e de claras determinantes ideológicas, consequências elementares.

Sendo ambos os extremos totalitários muito conscientes da sua fraqueza numérica e da hostilidade com que os considera a maioria esmagadora da população, ansiosa de regressar à liberdade em que se formou, mas sendo, ao mesmo tempo, incontestavelmente, mais ativos e organizados que a maioria democrática e dispondo de fortes apoios internacionais, exercem-se hábil e sistematicamente de maneiras ora comuns ora muito peculiares. Ambos praticam, em termos de funcionarem como aliados, pela deturpação dos factos e atitudes mais claros, por difamação pura e simples, pela intriga anónima e irresponsável, pela propaganda de uma força numérica que não têm, pelo suborno moral e material, pelas viragens bruscas nos apoios que dão e retiram às mesmas pessoas e movimentos, por uma espécie de macartismo de sinais opostos — ambos praticam o descrédito das instituições democráticas por meios demagógicos de excitação das massas inadvertidas, ambos promovem, ao mesmo tempo, também o descrédito dos expoentes democráticos mais intransigentes contra os seus jogos. No seu exercício peculiar, o extremo salazarista nota-se, sempre que pode, no emprêgo violento das forças brutas de que dispõe — e, quando estas não têm cabimento ou não bastam, em campanhas maciças de despudorizadas propagandas, pelo suborno material e captação das vaidades dinheiras, pela ameaça, pelo esforço diplomático de prolongarem em territórios estrangeiros os seus poderes liberticidas, por uma espionagem mais de amedrontar do que de informar, etc. Ao extremo comunista é peculiar a camuflagem das idéias, as tentativas de se situarem como democratas nos terrenos da Democracia, a confusão que esta-

belecem entre os conceitos de esquerdas e direitas no sentido de evitarem que se faça a distinção entre o que é a esquerda democrática e a esquerda totalitária — e, mais praticamente, o modo de se exercerem, na cúpula, por meio de um corpo directivo declaradamente comunista, mas geralmente discreto até à ocultação, servido na execução das diretivas essenciais pela falange operante de comunistas inconfessados e filo-comunistas que, sob a máscara de democratas das esquerdas, mas sem esclarecerem compreensivamente o tipo do seu esquerdismo, se infiltram no complexo verdadeiramente democrático para aí se instalarem em posições-chave, iludirem os incautos e subrepticamente imporem a linha de rumo do Partido Comunista. Quer dizer: o seu ardid consiste em negar-se como comunista e assim iludir o anti-comunismo da maioria esmagadora do povo português, para, como comunistas ou simpatizantes, melhor exercerem aquêl **democratismo** que Fidel de Castro com tanto êxito conduziu à órbita do bloco soviético. Este jogo é, inegavelmente, muito hábil, e a organização que o joga nitidamente superior a qualquer das organizações da oposição anti-totalitária. No entanto, pela repetição e pela clareza dos resultados, a sua falsidade transparece no seu estilo, nas suas maneiras e em pequenas notas do exercício. Assim, tem-se tornado claro quanto êstes filo-comunistas e comunistas encapotados, atacando o regimen salazareano pelo seu cunho fascista nunca o maldizem pelo seu cunho totalitário. Com a mesma nitidez, proclamando-se **anti-fascistas**, detestam a expressão "**anti-totalitário**". Para êles, o salazarismo não é odioso por ser uma ditadura como outra qualquer — mas apenas por ser uma ditadura do tipo fascista. Ao mesmo tempo, proclamados inimigos intransigentes do salazarismo, mostram-se, quando não defensores acalorados, pelo menos muito simpatizantes de tôdas as formas de ditadura do tipo comunista. Anti-colonialistas e anti-imperialistas contra o Ocidente e, sobretudo, contra Portugal, a ponto de não distinguirem, como o próprio Salazar não distingue, o que é salazarismo do que é portuguesismo, quando não louvam nem os exaltam, defendem, pelo menos, com silêncio respeitoso, o colonialismo e imperialismo soviéticos, actualmente muito mais odiosos e expansivos; pregadores retóricos do direito de autodeterminação dos povos, justificam Nehru — outro que também pregava pelo mesmo direito — quando praticamente prefere, por actos de força, seguir a política do facto consumado inaugurada por Hitler. São êstes filo-comunistas os campeões da

(Continua na página 3)

EDITORIAL: PELA CLAREZA DE UMA AÇÃO...

(Continua na página 2)

unidade de tôdas as forças anti-fascistas ou anti-salazaristas, **sem excepção**, portanto, uma unidade que os compreenda — mas impondo ao mesmo tempo condições de aliança essenciais do pensamento comunista e combatendo pelos processos mais odiosos os democratas que não acreditam nem reconhecem as vantagens dessa unidade de elementos inunificáveis. Sendo certo que, até sem condições, colaboram activamente em tôdas as campanhas de agitação de massas, sobretudo quando estas podem descambar na excitação de sentimentos demagógicos, não é menos certo que, quando infiltrados, comprometem, embaraçam e denunciam quaisquer movimentos de acção capazes de precipitar a queda do regimen — cuja sobrevivência lhes convém enquanto não sentirem realizadas as condições de a êle se substituírem como herdeiros. Têm formado e continuam a formar, constante e sucessivamente, grupos e juntas de rótulos democráticos — às quais, diga-se de passagem, conseguem atrair democratas de excessiva boa fé; até católicos —, grupos e juntas que vão dissolvendo e substituindo por outros, à medida que as marcas da sua inspiração comunista vão sendo descobertas e, por isso, se deterioram: entre outras, a Junta de Libertação Nacional; as Juntas de Acção Patriótica; a Uni-

dade Democrática Portuguesa; a “Direcção dos Grupos de Acção”, etc. — umas já falecidas, outras agonizantes, outras ainda com o viço da sua novidade. Tôdas se proclamam democráticas e tôdas se dissolvem por desgaste da carapaça que ocultava o cunho comunista do pensamento que verdadeiramente as dirige. Enfim, por vêzes, basta ler os comunicados, panfletos e outras prosas dêstes cripto-democratas, para nelas se reconhecer imediatamente o comando do pensamento comunista. São aí especialmente notáveis o abuso das expressões **fascista** e **anti-fascista** e a condenação implícita das expressões **totalitário** e **antitotalitário**, as variações literárias sôbre a **Unidade anti-fascista**, a defesa de idéias e organizações a longo prazo, para ganhar tempo, certas expressões muito típicas dos ódios políticos, a destravada americanofobia em contraposição de uma babada russofilia — e, especialmente, o estilo soviético de excitação de tôdas as paixões que podem entorpecer ou confundir o exercício da Razão sôbre as realidades básicas e humanas dos problemas.

Repetimos: entre os golpes de uma ditadura instalada no poder e agonizante, e os perigos de outra que pretende o absurdo de servir-se de nós para se instalar como herdeira — todos os democratas devem ser tão decididos como clarividentes.

OS ALICERCES DA FUTURA DEMOCRACIA

SANTANA MOTA

A FAPLE tem, logicamente, por seu primeiro e imediato objetivo o fim da ditadura reinante em Portugal e a integração do País num regime autenticamente democrático. Mas a FAPLE não ignora que a queda da ditadura não implica automaticamente a democratização da vida e das instituições nacionais. A democracia não consiste apenas na liberdade de falar em praça pública, de discordar ou criticar os atos do governo, nem no direito de eleger e ser eleito. Se essa liberdade e esse direito bastassem, o povo português não teria consentido que lhos tirassem em 28 de maio de 1926. Em política, a liberdade não é um fim: é um meio de os homens e as nações se realizarem em toda a plenitude das suas capacidades e recursos. É, na vida social, o que é o ar na vida fisiológica. São ambos elementos naturais e imprescindíveis à existência e evolução dos organismos vivos. Mas nem um nem outro se justifica por si mesmo, e sim pelos superiores objetivos que ambos servem.

Sabemos que há sectores da opposição que relegam estas coisas a plano secundário, convencidos — ou pretendendo convencer — de que o fim da ditadura aplinará todas as dificuldades que se interponham a uma perfeita aplicação das normas democráticas. Primeiro derrubemos a ditadura, dizem eles; o resto se resolverá naturalmente, de acôrdo com a vontade nacional. Mas qual é a **vontade nacional**, e de que maneira se irá manifestar? Para se manifestar uma vontade, é condição primordial e indispensável saber o que se quer. Ora, quem pode, em boa consciência, definir o que o povo português pretende? O fato de êle aspirar a uma mudança, de viver inconformado com a situação que lhe criaram, não significa que êle tenha uma noção clara e rigorosa dos rumos que lhe convenham. Sabe apenas que não está bem, que lhe não são proporcionados os meios de melhorar a miserável situação em que vegeta. Quanto aos meios de sair dela, o encargo de os descobrir deixá-lo-á

(Continua na página 4)

OS ALICERCES DA FUTURA DEMOCRACIA

(Continuação da página 3)

de boamente ao primeiro aventureiro ou demagogo que lhe surja. Ora o demagogo foi sempre a maior praga do regimen democrático. Foi êle que minou os alicerces da revolução de 5 de Outubro e conduziu a República ao equívoco do 28 de Maio. Equívoco, sim; — porque foram os próprios republicanos que o criaram. Não poderia levar a outro resultado a campanha de descrédito parlamentar de que participaram todos os partidos e órgãos da opinião pública. A ditadura, que todos passaram depois a combater, todos, no fundo, a desejavam. Apenas — como o notou Raul Proença — cada um a queria sua e não dos outros. Aconteceu o que invariavelmente acontece nestes casos: ela caiu precisamente nas mãos dos que tinham mais sagacidade e decisão para a empalmarem.

Não podemos, nem devemos incidir no mesmo erro. O golpe que derrubar a ditadura tem necessariamente de ir mais fundo e atingir o cerne do velho roble que ela quis manter e preservar. É esse roble, carcomido pela ignorância, pelo atraso, pela injustiça, pela miséria, que alberga e nutre com a sua podridão a termiteira demagógica. Porque a demagogia só triunfa e prolifera onde a falta de cultura e a dependência econômica induzem o povo a acreditar na panaceia que lhe inculca o primeiro charlatão que lhe aparece.

Se o povo português perdeu o tino de uma tradição democrática, não podemos esperar que êle democraticamente se conduza na sua vida política e social sem o ajudarmos a atinar com êsse caminho. Só que o caminho da democracia, antes de lho apontarmos por meio de leis políticas, importa que lho assentemos em realidades econômicas e sociais. Porque a democracia não se funda, nem se pode fundar unicamente em leis escritas. Leis são meros instrumentos destinados a definir juridicamente os contornos de realidades sociais preexistentes. Quer dizer: as leis reconhecem, não determinam factos. Em primeiro lugar faz-se a revolução que os desencadeia; só depois se criarão as leis que os legitimam. Pretender-se, como alguns querem, que a revolução se limite a derrubar a ditadura, deixando ao critério legislativo o encargo das reformas — é reincidir no mesmo erro de há cinquenta anos atrás. Nisto estamos com o prof. Sant'Anna Dionísio: "as revoluções autênticas não se fazem sem golpes fundos e impiedosos". O poder legislativo só é reformador quando tem a acicatá-lo um povo esclarecido e perfeitamente cõscio dos seus direitos e deveres. De contrário, perde-

se na verborrêia das discursatas estêreis. Ora o povo português, emergindo de uma ditadura de três décadas, não tem a mínima noção do que há-de exigir dos seus representantes. Cabe, pois, à revolução — a par da liberdade que lhe devolva — dotá-lo de reformas que o habilitem a fazer bom uso dela.

Quais devem ser essas reformas? Antes de as enumerarmos, convém partir deste princípio: os esteios essenciais de um regimen democrático são a educação e uma relativa independência econômica dos cidadãos entre si e em face dos poderes do Estado. O primeiro há que firmá-lo na reforma geral do ensino, adaptando-o racionalmente não só às necessidades nacionais, mas às realidades técnicas e científicas do mundo contemporâneo. O segundo tem de assentar num novo conceito ou estatuto da propriedade, em geral; e numa reforma ampla e profunda do nosso sistema agrário, em particular. Sendo a economia portuguesa essencialmente agrícola, é da terra que tem de partir a reforma estrutural de toda a economia do país. Dentro do atual sistema agrário português — onde as relações de produção são caracteristicamente feudais — nem a agricultura se desenvolve em proporções de concorrer para a elevação do Produto Nacional, nem para melhor nível social da população que dela vive.

Muitos factores impedem a agricultura de constituir maior fonte de riqueza e mola propulsora do progresso colectivo, mas todos êles se resumem no seguinte: o parasitismo da terra. É esa praga que concorre para o atraso tecnológico da exploração rural, para a ignorância e miséria das populações camponesas, e até para o irracional aproveitamento de terras de cultura. Há uma excessiva tendência para atribuir o baixo nível da população rural a dois males de natureza oposta: o minifundo no Norte e o latifundo no Sul. Nós inclinamo-nos a condenar aquele, pela impossibilidade econômica em que êle está de se prestar a uma exploração compensadora; mas não temos razões para condenar o último, se o olharmos unicamente do ângulo de grande extensão territorial. Está exuberantemente provado pela prática que não são as pequenas, mas as grandes glebas, que oferecem condições mais susceptíveis de exploração econômica rendosa. E numa reforma agrária, não há que ter em vista só dotar de terra o homem que a trabalha, mas também, e sobretudo, os superiores interesses da economia geral. O mal do latifúndio reside, antes de tudo, no facto de êle ser pertença de um homem ou de

(Continua na página 4)

OS ALICERCES DA FUTURA DEMOCRACIA

(Continuação da página 4)

uma família que vê na terra mero instrumento de satisfação das suas exigências ou necessidades, sem a menor relação ou obrigação com as necessidades colectivas. No Alentejo, por exemplo, se a produção espontânea e grátis dos montados atende largamente às exigências de luxo e de conforto dos seus proprietários, — onde há aí dever cívico ou solidariedade social que os lance ao risco de investimentos agrícolas de duvidoso proveito? Portanto, não é a fragmentação do latifúndio que resolve o problema. O que o resolve, e de maneira que altamente corresponde às conveniências da grei, é expropriá-lo a título de interesse público e entregá-lo mediante remuneração parcelada a juros baixos, a uma cooperativa de agricultores. Optamos pela cooperativa, e não pela fragmentação do "latifúndio", por variadíssimas razões: uma é a de se impedir a propriedade individual da terra e a sua possível transmissão, por venda ou por herança, ao mesmo parasitismo que hoje a explora; outra é a de ser mais fácil, mais seguro e proveitoso aos organismos do Estado prestarem assistência técnica e financeira a uma grande propriedade colectiva do que a uma pequena propriedade individual; outra, ainda, é que a orga-

nização cooperativa, envolvendo interesses de muitos indivíduos, passa a ter conveniência em estabelecer uma hierarquia de valores e aptidões entre os seus cooperados e a não permitir aventuras ou caprichos suscetíveis de arriscarem os benefícios de todos.

Mas a expropriação pelo Estado das grandes propriedades rurais não pode circunscrever-se, neste caso, às terras devolutas ou indevidamente aproveitadas. Essa expropriação tem de ter por critério basilar e orientador o princípio de que a terra não pode ser pertença de quem directamente a não explore. As próprias lezírias ribatejanas, sejam elas patrimônio de um grupo parasitário cujos dividendos promanam de rendas escorchantes, quer de famílias aristocráticas ou dinheiras que as entregam à administração de feitores analfabetos, não podem escapar à razão revolucionária da reforma que o país precisa. Sabemos, naturalmente, que muitos preconceitos e privilégios se oporão tenazmente a soluções desse género. Mas convém não perder de vista que, com elas, ainda haverá maneira de conjuntamente preservar a liberdade e obter a justa remuneração dos bens que se alienam. De outro modo, a persistir-se na teima de nada se querer perder, acabar-se-á por perder tudo — a liberdade e a fazenda.

A ACTUAL SITUAÇÃO PORTUGUESA NA METROPOLE E ULTRAMAR

(Excerto do "Manifesto ao Eleitorado" emitido por um grupo de candidatos da Oposição Democrática ao regime, em 28 de Outubro de 1961)

No plano interno, o Governo está reduzido a um soberano isolamento. A sua já tão precária base representativa (confinada à corrente do Partido Unico — a "União Nacional") — acabou por se restringir ainda mais quando da última remodelação ministerial, pela qual setores integrados nessa União, e com conhecida relevância entre as forças armadas, acabaram por se dissociar de qualquer responsabilidade governativa.

"No campo económico e social, após 35 anos de pretensa Revolução Nacional, com todo o seu cortejo de imposições e sacrificios, encontramos numa situação de atraso crescente em relação aos países conhecidos como civilizados, e ainda atrás daqueles que, como a Grécia e a Turquia, são suscetíveis de comparações conosco. Isto, não obstante termos sido poupados às grandes destruições da última conflagração mundial de 1939-45, que assolaram a Europa e o Mundo.

Quanto a nível de vida, alimentação e capitações no rendimento nacional, à salubridade, assistência e saúde pública, à política de habitação e seguros sociais, ao emprego da técnica na indústria e na lavoura, à alfabetização, ensino, educação e desportos, ao ritmo do desenvolvimento económico, apesar de todas as obras de fachada e da propaganda oficial, encontramos-nos nos últimos escalões dentre os países civilizados.

"A crise da agricultura, afetando cerca de metade da população que deste setor vive, é uma das causas mais radicais do nosso atraso. O rural está absolutamente abandonado, não tem quaisquer regalias sociais, estímulo ou proteção jurídica, devido a uma rígida política de compressão de preços dos produtos da terra, que tem a sua justificação na concomitante congelamento dos salários industriais com que se pretende favorecer a indústria, a qual acaba por ser prejudicada com a orientação que mantém a insignificância do nosso mercado interno, por falta de poder de compra.

"No domínio da Cultura, não temos universi-

(Continua na página 6)

A ATUAL SITUAÇÃO PORTUGUESA NA...

(Continuação da página 5)

dades dignas desse nome. As que existem não têm dotações nem quadros competentes nem regime adequado a esse nível de ensino. Escasseiam os professores com autêntica categoria universitária, enquanto numerosos valores estão afastados da cátedra dentro do país ou nas longínquas paragens do exílio em que encontram o melhor aproveitamento que aqui lhes é negado, por razões de discriminação política, como se fossemos tão ricos que nos pudessemos dar ao luxo de exportar inteligência! Das Universidades existentes não saem os técnicos indispensáveis ao progresso da Nação. E no Ultramar não há uma única Universidade! Somos dos poucos países que não têm uma produção cinematográfica e o teatro declamado morre entre nós, asfixiado pela Censura, pelos impostos e à míngua de estímulo oficial.

“No aspecto financeiro, apesar da apregoada e constitucionalizada obrigação do equilíbrio, este só tem sido conseguido através de saldos fictícios resultantes da contabilização de empréstimos como receitas, quando na realidade os orçamentos e as contas do Estado estão desequilibrados desde há muitos anos. O saldo negativo da nossa balança comercial com o estrangeiro sobe de ano para ano assustadoramente e já ultrapassou de longe a casa dos seis milhões de contos anuais. E a dívida pública interna do Estado ascende a montantes nunca antes atingidos, enquanto os impostos, as contribuições e as taxas aumentam substancial e periodicamente, ferindo sobretudo as classes mais desprotegidas e sacrificadas. Esta situação é ainda agravada pela desigualdade cada vez maior na repartição dos rendimentos da economia nacional que, nas últimas décadas, se tem processado e de que a política do Estado Novo é responsável, com o seu chocante estendal de injustiças sociais. Por um lado, a plutocracia medrou espantosamente sobre o solo da Pátria à custa da miséria geral, estimulada pela proteção aos monopólios, operando-se assim uma crescente e perigosa diferenciação nos rendimentos e fortunas. Por outro lado, assistimos a uma simbiose sem precedentes entre o Poder Político e o Poder Económico, bem expressa nas sucessivas transfusões entre os magnatas da Administração e do Dinheiro. Os Ministros, Secretários e Subsecretários de Estado deixam as suas cadeiras do Terreiro do Paço para se instalarem nas poltronas dos Conselhos de Administração das grandes Companhias e Bancos ou na alta burocracia, donde regressam, por vezes, ao exercício do Poder Político para novamente se reintegrarem nos

grandes negócios. E não raro os membros dos Conselhos de Administração são chamados aos lugares do Terreiro do Paço, numa constante interpenetração que assegura laços fortes e duradouros entre um punhado de potentados e uma corte de pretores. Lisboa tem regurgitado de congressos, de banquetes, de convidados internacionais, de recepções, de visitas, de paradas e cortejos suntuosos, como se vivêssemos num país de fausto e grandeza ou nos lendários tempos das especiarias da Índia. A propaganda oficial dispõe, à custa dos dinheiros públicos, de um saco sem fundo —o famoso “saco azul” do S.N.I.— cujas generosidades não se sabe a quanto montam, dentro do país e no estrangeiro!

“No capítulo ultramarino, o rompimento com a política progressiva e descentralizadora da I República, com a abolição dos cargos de Altos Comissários de Angola e Moçambique, a instauração de uma política de rígida centralização metropolitana, providências legislativas e administrativas anti-democráticas como as referentes ao regime de indigenato, os favorecimentos à plutocracia colonialista, a permissão de um absencismo que se traduziu na pululação de grandes Companhias exploradoras e monopolistas com os serviços centrais e conselhos de administração comodamente instalados em Lisboa, a introdução de medidas de discriminação racial (contrárias ao nosso temperamento e tradições), a falta de atenção às críticas esclarecidas que em tempo conveniente foram formuladas (entre outras, pelas vozes de Norton de Matos, Paiva Couceiro, Henrique Galvão, Cunha Leal e Mendes Correia), fizeram com que a estrutura da dominação sobre o ultramar se mantivesse inalterada e inapta para enfrentar os embates dos novos ventos que sopram no Continente Africano. As últimas e tímidas e apressadas reformas empreendidas sobre a pressão dos acontecimentos trágicos de Angola e dos organismos internacionais a que nos encontramos vinculados, surgiram tardiamente e nem de longe são suficientes para que possamos encarar sem as mais graves apreensões um futuro a que não poderemos furtar-nos. As liberdades democráticas que nos são negadas são igualmente negadas em todos os territórios ultramarinos. E o trabalho compelido para os indígenas desses territórios está ainda hoje especialmente inscrito no art. 146 da Constituição Política que nos rege.

“No plano internacional, o isolamento a que a política governativa nos conduziu é quase absoluto e ameaça expulsar-nos do convívio dialógico das nações, dada a precária situação na O.N.U. e na O.T.A.N., onde as próprias vozes das

(Continua na página 7)

A ATUAL SITUAÇÃO PORTUGUESA NA...

(Continuação da página 6)

potências ocidentais aliadas e do Brasil não ousam erguer-se a nosso favor, e onde estamos reuzidos ao apoio decidido mas comprometedor da racista Africa do Sul, ao menos decidido apoio da Espanha e, por vezes, da França a braços com o seu caso argelino.

“Como instrumentos de manutenção de um tal estado de coisas, as habituais instituições anti-democráticas do Estado Novo vigiam noite e dia, sufocando as aspirações e anseios populares. A Censura amordaça ferreamente toda a expressão de qualquer pensamento, exercendo-se sobre a imprensa, o livro e o radio. O controle absoluto da televisão, utilizada como instrumento de propaganda do regime veio ensombrar mais ainda

este quadro. Onde a Censura não vai, surge a PIDE, apreendendo publicações e processando os responsáveis, prendendo, amedrontando, inquietando. Não existe a menor liberdade sindical. Os sindicatos nacionais são organismos burocráticos que nada têm que ver com as aspirações das classes laboriosas, impedindo-as de pugnar por melhores condições de vida. O exercício da profissão muitas vezes e a admissão a empregos públicos quase sempre, são estritamente condicionados ao beneplácito da PIDE, através das suas informações e discriminações onipotentes. Com o Governo e a PIDE colaboram, por imposição superior, muitos organismos corporativos e autarquias locais e, sobretudo, as forças repressivas cada vez mais empoladas e especializadas, graças à aplicação de verbas grandiosas sempre em aumento”.

Recortes da Imprensa Internacional

H. GALVÃO

E' UM ABSURDO QUE ASSEGURA A SOBREVIVÊNCIA DAS DITADURAS IBÉRICAS

Considerada a disposição, amplamente manifestada, dos povos oprimidos em face dos regimens liberticidas que os assolam e o quadro mundial em que o seu martírio decorre, Salazar em Portugal e Franco em Espanha são, actualmente, muito menos responsáveis pela sobrevivência das ditaduras ibéricas e, portanto, pela indignidade política, moral e económica que as condena, do que algumas grandes potências ocidentais que, com as suas “Razões de Estado” — um eufemismo que oculta traições ideológicas — lhes fornecem os meios de sobreviver e de eternizar as suas tiranias. Entre uma política de guerra, que nos ameaça de niilização do Planeta e que, inclusivamente, compromete as soluções económicas que, mais do que quaisquer outras, condicionam as possibilidades de Paz e os destinos da revolução mundial em curso alucinado, e uma política de paz sem fidelidade objetiva aos princípios universais e humanos da paz democrática — entre estas duas políticas, possivelmente inconjugáveis, certas atitudes absurdas de algumas grandes potências do ainda chamado “mundo livre”, prolongam o martírio nesse ponto nevralgico da Europa que é a Península Ibérica, comprometendo ao mesmo tempo, não só as esperanças de paz como o próprio Ocidente como bastião de guerra.

Se o comunismo, pela expansão que alcan-

çou no mundo e pelo conjunto de forças que mobiliza, constitui, na verdade, actualmente, a ameaça mais directa contra o destino humano dos povos, isso resulta muito menos da sua essência anti-ideológica do que das suas forças liberticidas de aplicação prática, do seu amoralismo materialista, do seu imperialismo avassalador e dos seus atentados à dignidade da pessoa humana. Quer dizer: resulta de monstruosidades comuns a tôdas as formas totalitárias de governação dos povos. E a experiência tem demonstrado à saciedade que, nestas, umas se nutrem da vivência das outras, por mais que umas e outras se exerçam em extremos opostos. Ontem, foram o nazismo e o fascismo (figurinos que serviram de molde às ditaduras ibéricas) que, depois de constituírem a ameaça mais directa, abriram caminho à expansão mundial do comunismo. E porque já então não se considerou que o verdadeiro perigo reside no totalitarismo exercido no mundo sob qualquer forma e não apenas no exercício de uma das suas formas elevada à maior potência — uma grande guerra sacrificou (pela liberdade dos povos, como se dizia), além de valiosíssimos bens irrecuperáveis, mais de 30 milhões de vidas... sem fazer a humanidade sair do mesmo beco: antes deixando todo o mundo sob a pressão de ameaças muito mais aniquiladoras.

Durante os últimos 50 anos, o mundo tem vivido na alternativa de duas ameaças liberticidas tremendas — ou o totalitarismo universal do tipo fascista, ou o totalitarismo universal do

(Continua na página 8)

RECORTES DA IMPRENSA INTERNACIONAL

(Continuação da página 7)

tipo comunista; ambos nutrindo-se um do outro contra as possibilidades da democracia universal, esta sempre reduzida à defensiva no terreno escolhido pelo inimigo, e sofrendo derrotas até em muitos dos países novos que alcançaram a independência invocando ideais democráticos. Combater apenas o totalitarismo mais forte em poderio militar e só enquanto é o mais forte, e, ao mesmo tempo, favorecendo ou fechando os olhos à sobrevivência de outros, em troca de bases militares assim estabelecidas como bases de tirania também — é, perante a realidade profunda dos verdadeiros problemas de que dependem o destino humano dos povos e a hegemonia dos ideais democráticos, a mesma coisa que pretender curar certas enfermidades dolorosas com morfina.

Demais, poderá dizer-se que, de alguma maneira, se combate a infiltração e possibilidades de expansão do comunismo na Península Ibérica, favorecendo a sobrevivência de regimens totalitários anti-comunistas? Muito ao contrário. O que, praticamente, se verifica é o que atrás dizemos: os totalitarismos nutrem-se uns dos outros, são tácitamente aliados nas suas posições anti-democráticas. As ditaduras portuguesa e espanhola favorecem muito mais as posições e expansão do comunismo na Península, do que, simplesmente, parece que o pressupõem as táticas de guerra e de paz praticadas ali pelos Estados Unidos, pela Inglaterra — e, agora, até pela França! No seu totalitarismo hediondo como todos os totalitarismos, Salazar e Franco, na verdade, praticam um anti-comunismo comunizante. É nas ditaduras de tipo fascista que o comunismo encontra o clima mais favorável para a sua expansão, como é nas ditaduras comunistas que os ideais nazi e fascista se desenvolvem mais favoravelmente; ambos explorando o descontentamento dos povos contra tôdas as formas de tirania vigentes e a sua ânsia cega de mudança, sem se dar conta que há mudanças que nada alteram. Foi o perigo comunista que favoreceu a instalação do fascismo e do nazismo na Itália e na Alemanha, como foi outra ditadura que abriu em Cuba as portas ao comunismo. E os totalitarismos de todos os matizes assim o compreendem como constantemente se verifica nas alianças que, em oposição aos regimens democráticos, estabelecem. Será preciso citar exemplos? São coisas que todo o mundo sabe, que todo o mundo tem verificado: é nos sentimentos de reacção dos povos contra os regimens de força que os oprimem que o comunismo encontra os

seus rumos mais seguros; é na clandestinidade que êsses regimens lhe impõem e na força que lhe atribuem que êle mais eficientemente se exerce. E, contudo, êsse Ocidente anti-comunista, que lidera o mundo chamado livre, nas suas relações diplomáticas com as ditaduras, aceitando tratar com elas como trata com os governos dos países democráticos, fechando os olhos às suas fraudes e contentando-se com qualquer fórmula aparentemente legal que as apresente como regulares, consentindo, inclusivamente, na expansão dos seus poderes liberticidas para além das fronteiras dos seus territórios — favorecendo, enfim, a sua sobrevivência, praticam também, em boa verdade, uma política comunizante.

Neste momento em que as opiniões públicas, transviadas pelas inconseqüências da política ocidental, observada dos pontos de vista mais democráticos, avaliam os resultados práticos da Conferência de Punta del Este, aquêles que a consideram um malogro, contra aquêles que a proclamam um êxito, procuram em vão a vitória da Democracia numa Conferência em que participaram, contra o totalitarismo comunista, representantes do totalitarismo fascista — e em que Portugal e Espanha só não participaram também pelo simples facto geográfico de não serem países sul-americanos. Condenando um totalitarismo, reconhecendo implicitamente a legitimidade de outro, não se vê realmente nos resultados da Conferência de Punta del Este uma vitória da Democracia. E nós, sobretudo, nós os que lutamos na maior pobreza de todos os recursos, por vêzes até sem a liberdade de movimentos que os comunistas e fascistas têm no mundo livre, pelos ideais do Ocidente — nós que somos ocidentais, cristãos e democratas anti-totalitários —, não compreendemos nem podemos compreender.

Será preciso chegar a uma cubanização da Península Ibérica para que êstes governos de grandes potências compreendam finalmente os perigos do jogo que estão jogando?

(Da revista "Ibérica", Nova York, março, 1962).

PORTUGAL, ANO ZERO:

No panorama interno, Salazar pôde impôr a sua rígida ditadura durante trinta anos — mas tudo permite indicar que se encontra em plena decadência. Com as façanhas marítimas e aéreas da equipe do Cap. Galvão e, há 3 semanas, a tomada de um quartel em Beja, cidade do sul do país, principiou a oposição violenta ao regimen. A derrota dos revolucionários, com mortos e feri-

(Continua na página 9)

RECORTES DA IMPRENSA INTERNACIONAL

(Continuação da página 8)

dos, indica que o Exército obedece ainda às ordens de Salazar. Porém, há três anos teriam sido impossíveis intencionas deste género. Não restam dúvidas de que se irá generalizando o que assim principiou.

Demais, no quadro geral da situação portuguesa, milita um factor menos visível, mas, porventura, mais determinante: a miséria nacional. Portugal é o mais atrasado dos países da Europa Ocidental, o mais fechado em si próprio economicamente, o mais isolado da frente comercial. Na verdade, Oliveira Salazar, pessimista por vocação, estudo e índole, aceitou há 30 anos o facto da miséria nacional como algo enviado por Deus — inevitável e irremediável; nada fez no decurso de 30 anos para melhorar a tendência baixista da economia nacional. Confusa, mas dramaticamente, todos os portugueses, sem distinção de classes, estão convencidos de que os dias do regimen estão contados. Que estariam contados mesmo no caso de não se organizar uma opposição violenta e que o sistema português actual está irremediavelmente condenado simplesmente por não se adaptar às necessidades dos tempos mundiais.

A reacção em cadeia, que se iniciou com a tomada do "Santa Maria" e que em 1962 encontrará possivelmente o seu momento culminante, pode ter consequências trágicas não só para Portugal, mas também para o resto do mundo livre, especialmente para Espanha.

A opposição ao sistema português pode polarizar-se em favor de uma só tendência: a comunista. Os comunistas, pela sua organização, pela ajuda que recebem da Rússia em armas e sobretudo em estratégias, encontram-se mais capacitados para a capitalização emocional da opposição contra Salazar, inclusivamente a de tipo liberal, democrática e anti-comunista.

O Partido Comunista actualmente não é muito grande, mas mostra-se terrivelmente ativo. A opposição democrática mostra-se desconexa, não conta com alentos do exterior, é simplesmente romântica e inorgânica. Nestas condições, o mais provável é que em Portugal se repita o fenómeno de polarização passional a favor do comunismo, não por acção ideológica, pois Portugal é visceralmente anti-comunista, mas porque o comunismo por detrás do biombo de uma opposição supostamente democrática, é o meio mais eficaz para a destruição do regimen.

Por último, uma questão que já principia a gravitar sobre as chancelarias ocidentais: de que maneira repercutirá em Madrid a destruição do

actual sistema português? Oliveira Salazar é o aliado natural do General Franco; em caso de generalização da rebeldia colonial, provavelmente Marrocos exigiria a retirada de Espanha do Saará e das praças de Melilla e Ceuta. Entre Portugal e Espanha existe desde sempre um cordão político umbilical que determina posições equivalentes em Madrid e em Lisboa. Aqui, já não se trata só de Portugal mas da Península Ibérica inteira.

(De "ASI VA EL MUNDO", Janeiro de 1962).

A PROPÓSITO DE UM FALSO DILEMA

Existirá realmente o dilema "imperialismo capitalista e colonizador" versus "povos amantes da paz e do progresso"? Posto o problema em tais termos, a única solução seria a política de traição da liberdade e da democracia que se denomina Terceira Força ou neutralismo e que ostenta a máscara da "independência" e da "autodeterminação".

Se as nações ocidentais praticaram a partir do Século XVI uma política de colonização e às vezes de imperialismo político ou económico, é preciso muita má fé para desconhecer que a noção de imperialismo não se vincula a nenhum regime económico. Imperialistas foram os persas, imperialista foi Alexandre. Na Grécia antiga o imperialismo assumiu, no período helenístico, uma feição sobretudo cultural. Roma foi como que um pináculo na evolução do imperialismo antigo. Ao morrer a Idade Média o imperialismo passou a exercer-se em nome da fé, ou sob côr mercantilista e colonizadora.

Assim é que Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda dilataram a civilização cristã e ocidental. Quanto à Alemanha e à Itália, ainda não haviam realizado sua unidade nacional. E a Rússia?

No século XV a nação russa se reduzia à Moscóvia, ocupando um território pouco maior que a Itália ou a França dos nossos dias. E enquanto os países de vocação marítima se expandiam pela América, pela Ásia, pela África e pela Oceania — as terras de ultramar — os russos foram pouco a pouco conquistando e subjugando as populações que habitavam os territórios circunvizinhos da Moscóvia. No século XV foram submetidos os carélios, os samoiedas, os permíacs. Nos séculos XVI e XVII os ucranianos, os cossacos do Don e dos Urais, os calmucs, os mordvianos, os bachquirs, os samoiedas orientais e os iacuts. Do final do século XVII ao século XVIII foram incorporados os estonianos, os letônios,

(Continua na página 10)

RECORTES DA IMPRENSA INTERNACIONAL

(Continuação da página 9)

os lituanos, os russos brancos. Até a queda do tsarismo foram conquistados georgianos, os curdos, os turcomanos, os cazacs, os uzbecs, os polacos.

Vimos que, historicamente, o imperialismo não se define por nenhum regime econômico. Antes, é em essência a projeção de um regime político ou de uma nacionalidade, é a promoção do prestígio nacional.

A diferença entre os dois imperialismos, o ocidental e o comunista, está em que, enquanto aquê, a partir da segunda guerra mundial, concedeu autonomia nacional a dezenas de antigas colônias, o imperialismo soviético não apenas recolonizou os países bálticos, mas ainda conquistou a Polônia, a Tchecoslováquia, a Alemanha Oriental, a Hungria, a Romênia, a Bulgária, a Albânia, e agora Cuba...

A China comunista, fruto da expansão asiática do imperialismo russo, tornou-se agente desse mesmo imperialismo. O governo de Pequim mantém sob estatuto colonial a Mongólia, a Mandchúria, o Tibete, e milhões de turcos, tunganos e outros povos que, a exemplo das nacionalidades submetidas pela Grande Rússia a partir do século XV, nada têm de comum com a potência colonizadora em matéria de língua, cultura, religião ou economia. E a exemplo do moscovita, continua o imperialismo chinês a expandir-se, integrando a Coreia do Norte, o Viet-Nam do Norte e talvez o Laos.

Só um néscio portanto poderá acreditar no dilema imperialismo capitalista ou socialismo pacífico e progressista com que nos acenam os comunistas e seus lacaios.

O que temos na realidade é um imperialismo em retrocesso, porque integrado no contexto da concepção democrática da vida política, em contraposição aos imperialismos russo e chinês, em plena expansão, que hoje se apresentam sob verniz socialista para destruir a democracia e a liberdade e para implantar a tirania totalitária.

(De "Ação Democrática", n.º 26, julho-1961).

NÃO SE TRATA DE OPÇÃO

MÁRIO MARTINS

Foi assim, nas vésperas da Ditadura e na antevéspera da última guerra. Cada ala extremista saiu da sua toca exigindo definições. "Quem não é fascista é comunista" e "Quem não é comunista é fascista". No fundo, eram duas forças minoritárias, sem escrúpulos, intolerantes, autoritárias e desumanas. A ação de uma fortalecia

a expansão da outra, como se houvesse entre elas um secreto pacto satânico.

A medida que crescia o perigo comunista aumentavam as hostes e as finanças dos fascistas. Com o desenvolvimento desses, o comunismo ganhava novas adesões, proliferando suas células subterrâneas, folgando os cofres do **Socorro Vermelho**. Só os democratas, apavilhados, sem balsa para tais métodos de ameaças e violências, pareciam não contar em tais dias, desatentos, alheando-se, omitindo-se, manobrados ou escorraçados por ambas as correntes.

As duas correntes se nutrem fora das suas próprias fileiras. Carecem, pois, uma da outra. Daí cada qual viver a exagerar a periculosidade do adversário quanto ao seu número, seus meios, suas possibilidades e fins.

Enquanto isso, cada democrata, temendo parecer uma coisa ou outra, entra em silêncio. Não condena os fuzilamentos em Cuba para não ser apontado como reacionário e não critica as sanções econômicas contra Cuba para não ser tido como comunista. Imprensado entre as duas torrentes de adjetivos, de ameaças, de intransigências, encolhe-se ou mergulha numa delas, deixando o campo livre para o choque das opiniões extremadas e monopolizadoras.

Não é, porém, apenas o cidadão comum, já nessa altura, que se encontra apreensivo, paralisado, batido pelas campanhas psicológicas das duas forças. Os fatos demonstram que o próprio Governo, os partidos políticos de um modo geral, os centros de cultura, as classes civis e militares estão se deixando levar pelo rastilho do pânico subjetivo. Nesses meios começam a vicejar as cautelas inconfessáveis, os cálculos irreveláveis, as fraquezas que não enobrecem. Alastra-se a desconfiança de colega para colega, de companheiro para companheiro. Azedam-se os sentimentos e se recriminam entre si.

(Do "Jornal do Brasil" de 16-1-1962).

NOVA BOMBA-RELÓGIO NA AMÉRICA CENTRAL

Os Somozas continuam a fazer uso da repressão para manterem-se no poder. Mas também procuram aliados. Pagam aos oficiais do Exército e a outros, permitindo que se enriqueçam por meio do suborno e da corrupção generalizada. Os oficiais exploram uma rendosa atividade criminosa com o contrabando — fazendo entrar sem pagar direitos bebidas, cigarros e outros produtos, que vendem por preço inferior aos dos negociantes estabelecidos.

(Continua na página 11)

RECORTES DA IMPRENSA INTERNACIONAL
(Continuação da página 10)

Mais perigosa é a colaboração dos Somozas com os comunistas. Forneceram dinheiro para a campanha graças à qual os líderes sindicais comunistas ganharam os cargos principais da federação trabalhista da Nicarágua, a CGT.

Os comunistas retribuem gentileza com gentileza. Quando rebeldes procedentes de Honduras atravessaram a fronteira e fizeram um apêlo aos trabalhadores para que entrassem em greve, os comunistas fizeram os trabalhadores permanecer no serviço, impedindo uma paralisação geral das atividades e fazendo assim fracassar a revolta.

Os Somozas devem saber que os comunistas estão aplicando a velha estratégia que os levou ao poder em Cuba. Embora secretamente unidos na clandestinidade, os comunistas estão divididos publicamente. Metade deles, conhecidos como comunistas prêtos, colaboram com o ditador, conservando em ação o aparelho do partido. Os outros, que são chamados comunistas vermelhos, trabalham contra o ditador para poderem surgir em alguma futura revolução como "combatentes da liberdade". Entretanto, os Somozas permitem que os comunistas sobrevivam, ao mesmo tempo que gastam muito da receita do Governo em espionar, perseguir e reprimir os elementos democráticos da nação.

Quando uma explosão semelhante se estava processando na Cuba anterior a Fidel Castro, Washington "não ouvia o mal, não via o mal". Afinal de contas, Batista mantinha a ordem... e era amigo dos Estados Unidos. A mesma atitude tem presidido às relações dos Estados Unidos com os Somozas. Franklin D. Roosevelt certa vez disse do velho General: "É um patife, mas é nosso patife".

Os Estados Unidos apóiam os combatentes da liberdade anticomunista, mas tratam os refugiados anti-somozistas como suspeitos, chegando a impedir-lhes a entrada nos Estados Unidos — diz o Dr. José Figueres, ex-Presidente da Costa Rica e ardente defensor da democracia, a quem os Somozas já tentaram por duas vezes assassinar. — Isto coloca uma grande democracia ao lado da ditadura e desanima os que combatem esta.

(De Lester Velie — Fev. 1962).

COMENTÁRIO DO DIA

Segundo notícia fidedigna procedente de Lisboa, enviada a este jornal, um dos deputados por Angola, ter-se-ia levantado na Assembléa Nacional e exigido que o Governo português reconheça o direito dos povos de Angola à auto-

determinação. O facto provocou, como era de esperar, grande celeuma entre os deputados, mas o povo português nada soube, porque a imprensa nada disse sobre o assunto.

Ora, nós, por várias vezes, temos deitado o pescôço de fora sobre este assunto grave, ferindo a sensibilidade vesga de alguns patrioteiros, cuja coragem lhes dá apenas para "seguirem na corrente", porque ir-se na corrente é cômodo, útil, não se fazem inimigos, nem se prejudicam os negócios. Os problemas da Pátria, êles que os resolvam lá, à pancada e pela repressão, que é a melhor maneira — assim parecem pensar os citos.

Este jornal, desde o princípio tem dito que a Portugal estão reservadas horas amargas e difíceis, se não se arrepiar caminho enquanto é tempo, se não se adoptar outra política mais consentânea com os tempos e com a evolução histórica do género humano, a que não são alheias as gentes sob a nossa guarda. E nós dissemos mais de uma vez: Preparem-se as províncias do ultramar para a autonomia administrativa, e formem-se uns "Estados Unidos de Portugal". E citámos o exemplo da América, com estados separados das suas fronteiras metropolitanas. Afigurava-se-nos que a autonomia (não a independência), era essencial, que êsses povos deviam governar-se livremente, eleger os seus representantes à Assembléa Nacional em Lisboa. Isto, evidentemente, só seria possível num regime de maior liberdade, num regime de representação democrática. Como já dissemos, entendemos que a independência imediata para os povos de Angola, seria um "crime de lesa humanidade". Temos diante dos olhos a infeliz experiência do Congo. Autonomia, sim. Congregar as províncias numa federação portuguesa de estados autónomos deveria ser, pelo menos, uma solução a tentar. Deixar que negros, brancos e mulatos, todos os povos de Angola, se governassem como entendessem, sem que tudo fôsse monopolizado e controlado do Terreiro do Paço, tantas vezes por indivíduos que percebem tanto de Angola e dos seus problemas imediatos como nós dos problemas dos chineses.

Assim, temos contra nós a opinião de todo o Mundo, inclusive do próprio Brasil, a "nação irmã", e atiramo-nos, em quase desespero, nos braços de Franco de Espanha, talvez hipotecando-lhe a nacionalidade, num acto de puro histerismo Sebastianista.

Tudo isto é lamentável, creiam.

(De "Diário de Notícias", New Bedford, Mass. Feb. 14-1962).

Profissão:
Sua contribuição mensal:
Nome:
Residência:

- SE pretende a uma Pátria livre de povos livres;
- SE abomina os regimens totalitários seja qual fôr a farsa que os encubra;
- SE detesta a Demagogia, os demagogos e os falsos ídolos;
- SE não admite idéias e crenças impostas por violência;
- SE é português, democrata e, portanto, adversário de tôdas as formas totalitárias de governação dos povos;

INSCREVA-SE NA F.A.P.L.E., recorte e preencha o cupão supra e envi-o à Pça. da Sé, 170, 3.º s/28.

UMA FRENTE ANTITOTALITÁRIA DOS DEMOCRATAS BRASILEIROS

Também no Brasil se constituiu, neste despertar da consciência democrática perante a acção dos totalitarismos, uma Frente declaradamente antitotalitária: A FRENTE POPULAR DEMOCRÁTICA, que nada tem de comum com as antigas frentes populares que constituíram a primeira invenção infiltrante dos partidos comunistas.

Do último dos seus comunicados transcrevemos, com a devida vénia:

“A liberdade é o bem supremo do Homem e o seu esmagamento reduz o Homem à condição de mero animal irracional. É evidente que não coloca a Liberdade como fim último, pois, na verdade, ela é uma condição essencial para a realização plena do Homem, em suas necessidades materiais e espirituais. Não deseja nem Liberdade sem Justiça Social nem Justiça Social sem Liberdade, mas entende que uma é indispensável à outra, sem o que a Liberdade a nada conduzirá nem a Justiça Social nada significará.

“Todo o regime que não respeita a livre manifestação do pensamento é profundamente reacionário porque é um fator de estagnação, que impede o pensamento criador, o surgimento de novas formas de organização social, a revisão de idéias, indispensável ao progresso humano.

“O próprio comunismo é um filho da liberdade de pensamento. Da possibilidade de duvidar da justeza da organização social da época é que surgiu a doutrina comunista. Terão os seus formuladores alcançado a Verdade Absoluta a ponto

de não permitir a revisão de suas teses, o debate de seus fundamentos, a pesquisa de suas origens, meios e fins? É evidente que não. Se assim procedem, passam à categoria de reacionários, com a agravante de utilizarem de recursos tais como a delação, a prisão, a condenação à morte, o trabalho de reeducação política, o completo domínio da vida do indivíduo, no trabalho e no lar, e nas possibilidades de informação e cultura. Assim agem porque o sistema lhes dá o Poder e o Poder é o seu fim, sendo a doutrina apenas um meio para alcançá-lo. A partir desse momento tudo que faz o grupo dominante é utilizar dos processos mais anti-humanos para conservar o Poder. Se tal sistema ainda se compreende na Rússia, que nunca conheceu a Liberdade, no mundo civilizado, representa um retrocesso aos métodos da Idade Média.

“É assim, o comunismo, no nosso entender, o máximo do retrocesso, em seus métodos.

“Nem em seus propósitos, falsos ou não, de melhor distribuição dos resultados da produção e

da cultura o Comunismo supera a Civilização Ocidental, que, conquistando a Liberdade, vem, através dos tempos, evoluindo no sentido da Justiça Social, de maior participação de todos nos benefícios da técnica moderna e da Cultura Universal, sendo, entretanto, indispensável encontrar novas formas estruturais de organização econômica e social que melhor conduzam ao ideal de um regime social mais justo.

“O Comunismo não é a resposta esperada por todos aqueles que entendem ser o Capitalismo anti-humano, pois diminuindo o Homem à condição de mera máquina de produção para a Sociedade Coletiva, o minimizou ainda mais em sua significação, quando o fim de uma Sociedade justa e humana é permitir a plena realização mate-

rial e espiritual de cada Homem e de todos os Homens.

“Na luta por uma organização política, econômica, social e humana mais justa, a Frente não se aliará aos comunistas, mesmo quando coincidirem, episódicamente, as teses que defendem, justamente porque entende que os democratas têm o dever precípuo de formular o seu próprio caminho, suas próprias teses, suas táticas e seus métodos, dado o fato de diversa ser a Moral do Humanista e a Moral do Comunista. O Humanismo, profundamente espiritual, almeja a valorização plena de cada Homem e de todos os homens. O Comunismo, profundamente materialista, subjugou o Homem ao ideal de um não ser — a coletividade — e só lhe dá valor enquanto útil aos seus desígnios, como produtor de riquezas.”

OS LÍDERES PELA INDEPENDÊNCIA IMEDIATA DE ANGOLA

Trata-se dos homens que dizendo-se, sem o poderem demonstrar, “representantes dos “povos de Angola”, seriam amanhã os organizadores e chefes dessa independência. Transcrevemos, sem comentários, sublinhando apenas:

NAÇÕES UNIDAS, Nova York — 7-2-62 — Como “s Nações Unidas só podem exercer pressão moral”, pelo que “o problema de Angola não encontra solução na ONU”, Holden Roberto declara que os seus terroristas vão lançar “nova e grande ofensiva em Angola”.

Acrescentou que os bandos armados da UPA vão ser “enquadrados por oficiais e sargentos que na Tunisia estão a receber instrução militar dos rebeldes argelinos” e que “nas próximas ações contra os portugueses serão argelianos a comandá-los”.

O ponto de reunião das armas que vão ser fornecidas pelos argelinos será Leopoldville, acrescentando que vai partir para aquela cidade congoleza, a fim de tomar a direção das operações.

Quanto ao apoio que poderá esperar de outras organizações, declarou não haver, por enquanto, qualquer conjugação da UPA com o MPLA, chefiado pelo comunista Mário de Andrade. E a oposição portuguesa não lhe merece “grande confiança, porque todos os portugueses foram criados dentro da convicção de que devem manter o seu Império”.

PARIS, 14 (AFP) — O jornal parisiense “Le Monde” anuncia hoje que uma grave cisão acaba de ocorrer nas fileiras do principal partido nacionalista angolês, a União do Povo de Angola, no momento exato em que a insurreição contra o domínio português parece estagnar ou retro-

ceder. Segundo o referido jornal, o Estado-Maior Geral do Exército de Libertação Nacional, sob a chefia do comandante Marcos Kassanga, publicou um documento no qual retira seu apoio a Holden Roberto, presidente da UPA, e formula contra êle graves acusações.

Entre as principais acusações, figuram as seguintes: a luta preconizada por Holden Roberto não é uma verdadeira luta de libertação nacional, mas uma guerra tribal, destinada a dar supremacia a seu grupo étnico; foi êle o inspirador da chacina de 8 mil angolezes; foi cúmplice no assassinio de João Batista, chefe das forças rebeldes; e desviou, em proveito próprio, vultosa soma em dinheiro, arrecadada em Tunis para ajudar a insurreição angoleza. O documento, depois de tachar Roberto de “aventureiro” e “bandido”, convida as populações de Angola e os movimentos nacionalistas a formar uma Frente de Libertação Nacional idêntica à sua homônima argelina.

Depois da publicação dêsse comunicado, a Liga Geral de Trabalhadores de Angola denunciou, por sua vez, Holden Roberto e se declarou solidária com o comandante Marcos Kassanga e o Exército de Libertação de Angola. Essas tomadas de posição constituem uma vitória do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), partido rival de Roberto que, sob a direção de Mário Andrade, sempre pediu a constituição de uma Frente de Libertação Nacional.

UMA OPINIÃO INSUSPEITA DE ANTI-SALAZARISMO

O Sr. Comendador Aventino Fernandes salazarista ortodoxo, regressado de Portugal, onde foi recebido em almôço de homenagem pelo Almirante Tomaz, deu uma entrevista à "Voz de Portugal" (His Master Voice), de que recortamos a seguinte passagem sôbre a situação atual em Portugal:

"Não me pareceu que os nossos compatriotas estejam completamente compenetrados do gravíssimo momento que vivemos e dos perigos mortais que ameaçam devorar-nos. Julgo que é nosso dever, como portugueses e como sinceros patriotas, chamar a atenção dos nossos irmãos da metrópole para que apóiem o govêrno...

O sublinhado é nosso. Mas é um salazarista ortodoxo que confessa que os "nossos irmãos da metrópole" apóiam tão pouco o govêrno que se

torna necessário aos "irmãos comendadores" do Brasil chamar-lhes a atenção.

OPINIÕES INSUSPEITAS DE COLONIALISMO

"... fútil condenar muitos séculos de expansão européia, absurdo compreender na mesma maldição Cristóvão Colombo e Lyautey. A época das colônias terminou. Basta sabê-lo e disso extrair as devidas conclusões. E o Ocidente, que em dez anos deu a autonomia a uma dezena de colônias, merece neste sentido mais respeito, e sobretudo mais paciência que a Rússia que, no mesmo tempo, colonizou e submeteu a um protetorado implacável, uma dezena de países de alta e antiga civilização. É muito bom que uma nação seja bastante rica em honra e tradições para encontrar em si a valentia de denunciar os próprios erros; mas há ainda que não esquecer as razões que ela possa ter para se estimar a si própria".

(ALBERT CAMUS: "Problemas da Nossa Época").

***** NOTAS SOLTAS *****

A F.A.P.L.E. é uma organização democraticamente dirigida, cujas filiações funcionam já em França, Brasil, Estados Unidos da América, Venezuela, Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia. Porém, democrática como é, não endeusa líderes, condenando tôda a propaganda pessoal. Antes exige dos líderes que SIRVAM à causa da libertação de Portugal melhor e mais absorventemente que quaisquer outros.

A F.A.P.L.E. não segue o curso de qualquer corrente partidária. Admite e respeita todas as correntes de pensamento democrático que admittam e respeitem a Liberdade como princípio fundamental e inofismável.

A F.A.P.L.E. luta, especialmente, pela abolição do regimen ditatorial que assola o país e o exclui do grémio dos países livres — mas luta também por que essa ditadura não seja substituída por outra, camuflada ou patente de tipo fascista ou comunista, bem cmo por qualquer forma demagógica que, por falsificação democrática, conduza a qualquer forma ditatorial.

A F.A.P.L.E. defende intransigentemente o direito que têm todos os povos à auto-determinação, mas não admite soluções ou fórmulas que,

por vias demagógicas ou de força, dispensem para se impor, o exercício efectivo dêsse direito em condições humanas, progressivas e de respeito pelos direitos particulares de cada um. Combate tão intransigentemente o colonialismo económico como o neo-colonialismo que pretende à herança daquele.

A F.A.P.L.E. não compreende que as grandes potências democráticas que lideram o mundo livre não tenham compreendido ainda, se nenhum propósito de neo-colonialismo as anima, que, não pode haver solução, justa, humana e pacífica dos problemas pendentes no Ultramar Português, sem que previamente Portugal seja restituído ao exercício livre das instituições democráticas.

A F.A.P.L.E. protesta contra todas as acusações, por colonialismo, formuladas contra Portugal, confundindo êste, vítima, com o govêrno e regimen que discriminariamente ocupam o país e únicos réus em causa. A F.A.P.L.E. oferece a única solução humana, justa, progressiva, que, promovendo a descolonização imediata, combate, ao mesmo tempo, os riscos iminentes de um neo-colonialismo não menos odioso e contrário ao destino humano dos povos.

NOTICIÁRIO

3 DE FEVEREIRO

Passa o primeiro aniversário da chegada do “Santa Maria” ao Recife. Completa-se um ano fértil de acontecimentos, mais ou menos excitados e provocados pela operação Dulcineia. O totalitarismo das direitas — salazarista — internacionalmente abandonado, insiste na repetição monocórdica das suas acusações: pirataria, crime comum, ação comunista, e prepara o julgamento salazareano dos hediondos criminosos. O totalitarismo comunista, perdidas as esperanças que inicialmente teve de empalmar o êxito da operação, desdiz-se de tudo o que dizia há um ano, condena-a hoje e procura outra montada que se preste melhor a servir os seus designios. Outros interesses pessoais mal servidos seguem-lhe as pisadas. Ambos os totalitarismos se sentem batidos — o que tem o significado de uma vitória democrática.

7 DE FEVEREIRO

Principia em Lisboa o julgamento de 33 réus, incriminados pelas “injustiças” salazareanas de participação no caso Santa Maria. Como represália da condenação que sofreu, também no caso Santa Maria, no Tribunal da Opinião Pública Internacional, Salazar julga e condena também — e, naturalmente, à sua maneira: com os seus juizes controlados pela PIDE, com os seus processos organizados na PIDE, com as suas testemunhas vigiadas pela PIDE. O mundo conhece já estes juizes, estes julgamentos e todos os figurinos judiciais do totalitarismo. Os réus foram quase todos honrados com penas que correspondem a condecorações por serviços à causa da liberdade do povo português: o cap. Galvão, principal “criminoso” foi contemplado com mais 22 anos de prisão, que acrescentará na sua folha de serviços aos 21 a que já fôra condenado em julgamentos anteriores (três mais dezoito); O General Delgado principal “inocente” viu-se galardoado com 20 anos, apesar de se desdizer agora de quanto há um ano exaltou na operação Dulcineia. Os outros sentenciados foram contemplados com penas variáveis entre os 15 e 19 anos. Seis foram condenados à absolvição, mas julga-se que não recorrerão da sentença. Salazar procura evidentemente constituir um pretexto para, por meio da invenção do crime comum, suplicar aos Estados da OTAN que não concedam “vistos” aos assim galardoados e a permissão de prolongar em democracias estrangeiras os seus poderes liberticidas.

10 DE FEVEREIRO

Atinge a cifra de 13 o número de opositores ao regime asilados na Embaixada do Brasil: 3 senhoras e 10 homens.

11 DE FEVEREIRO

E' detido em Lisboa pela PIDE, o Prof. brasileiro da Universidade do Recife, Zaluar Nunes.

MADRID, 11 (A.P.) — Tudo indica que o Chefe de Estado, Francisco Franco, e o primeiro ministro de Portugal, Oliveira Salazar, se reunirão amanhã em Ciudad Rodrigo, a 24 km a Este da fronteira portuguesa, conforme informações de fontes fidedignas.

Nos termos desta informação, a reunião poderia assumir a maior importância para ambos os países e para o mundo ocidental em geral, uma vez que se crê que os dois estadistas vão discutir, quase exclusivamente, as bases para uma possível integração dos dois países na Federação da Península Ibérica.

No entanto, o assunto da discussão seria mantido em segredo até um acordo final.

Os observadores políticos estrangeiros estão seguindo estas informações com o maior interesse.

12 DE FEVEREIRO

As organizações anti-franquistas que atuam na Península e no exílio, fundaram em Paris a **UNIÃO DAS FORÇAS DEMOCRATICAS**. Na declaração de princípios lançada, afirma-se que só a Democracia será aceitável como sistema político e que **NÃO SE ADMITIRA' COALISÃO DE ESPECIE ALGUMA COM FORÇAS DE ORIENTAÇÃO TOTALITARIA**.

19 DE FEVEREIRO

Uma reunião de goeses, realizada em Nairobi (Quenia), aprovou por maioria uma moção pedindo a imediata retirada das tropas indianas de Goa e a realização de um plebiscito para decidir o futuro do enclave. Dos 500 goeses presentes 467 votaram a favor da moção que salienta que “a presença das tropas indianas entre a população de Gôa, tradicionalmente pacífica, está causando graves preocupações. O Secretário da Associação goesa, Sr. R. J. da Silva, disse durante a reunião que os quislings de Goa procuram vender o território à União Indiana.

20 DE FEVEREIRO

Asila-se na Embaixada do Brasil, em Lisboa, o Dr. Fernando Abranches Ferrão.

22 DE FEVEREIRO

De Herbert Spencer, em correspondência de Panjim para a "Folha de S. Paulo": "É possível que o sonho dos goenses de formarem um Estado autónomo, com Governo próprio, não passe disto: um sonho. Os indícios são de que a União Indiana se propõe administrar Goa diretamente do Governo central de Nova Deli e depois, talvez, incorporar o território a um dos Estados indianos vizinhos.

DEMOCRACIA

A arte da democracia, entre tôdas as formas de govêrno, é a que mais exige de um povo: O princípio de que se deve deixar o poder quando os resultados de uma eleição são adversos é um ato impressionante de autodomínio. Esse autodomínio só parece possível depois de várias gerações de prática democrática não perturbada por graves crises sociais ou guerras externas.

A democracia não se limita a fazer exigências psicológicas aos que a praticam; requer também para a sua sobrevivência condições económicas especiais. Se seleccionarmos os países com padrão de vida mais alto, a coincidência entre essas nações e as democracias estáveis será imediatamente visível. De fato, a democracia precisa de riqueza como condição da sua sobrevivência. A disputa social pelo pão e pela casa deve ser facilitada; do contrário, os pobres e deserdados sentirão a tentação de levantar-se para atenuar sua pobreza contra o homem que está de cima. Além disso, desde que a democracia reclama a educação em grande escala a fim de que os seus cidadãos sejam suficientemente bem informados para serem soberanos, há necessidade de riqueza que baste para um sistema educacional de base bem ampla.

Carl N. Degler

LIVROS RECOMENDÁVEIS PERSEGUIDOS EM PORTUGAL

Alvaro Lins: MISSÃO EM PORTUGAL. Um libelo irresponsável, na prosa de um grande escritor e democrata brasileiro.

Maria Archer: ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS. Um documentário da Justiça no regimen de Salazar.

Tomaz Ribeiro Colaço: A HEDIONDEZ COLONIALISTA DE PORTUGAL. Pontos de vista de um patriota anti-totalitário e grande escritor.

Aquilino Ribeiro: "QUANDO OS LOBOS UIVAM". A mais expressiva tela do povo português sob o regimen salazariano, pelo mais ilustre prosador da língua portuguesa.

Henrique Galvão: MINHA CRUZADA PRÓ-PORTUGAL: SANTA MARIA (Em edições brasileira, norte-americana, inglesa, japonesa, sueca e francesa). Um livro perseguido em Portugal e boicotado no Brasil pelos influentes salazaristas. A legitimidade da Operação Dulcinéia perante a ilegitimidade de um regimen totalitário.

GRADES SERRADAS: Sátiras políticas.
COLONIALISMO, ANTI-COLONIALISMO E AUTO-DETERMINAÇÃO: O problema ultramarino português perante as campanhas colonialista e anticolonialista.

A Revista ANHEMBI: Arquivo de grande nível sobre a hediondez do regimen salazariano.

QUE NENHUM DEMOCRATA DEIXE DE UTILIZAR AS OPORTUNIDADES QUE TIVER DE INTRODUIZIR ÊSTES LIVROS EM PORTUGAL

I B É R I C A

é um boletim de informação dedicado aos assuntos espanhóis e patrocinado por um grupo de americanos que crêem que a luta de Espanha pela liberdade é uma parte da luta universal pela liberdade, e que há que combater sem descanso em cada frente e contra cada forma que o totalitarismo apresente.

Directora: VICTORIA KENT.

Presidentes de Honra: SALVADOR DE MADARIAGA e NORMAN THOMAS.

